

Memória e responsabilização: pilares para a democracia

» ARTHUR MELLO

Coordenador de advocacy do Pacto pela Democracia

No marco dos 60 anos do golpe militar de 1964, é fundamental percorrermos a nossa trajetória recente e resgatarmos as principais tentativas de apuração de fatos que marcaram essa página infeliz da nossa história, como bem definiu o cantor e escritor Chico Buarque.

No final de 2011, foi instituída a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o objetivo de investigar violações de direitos humanos entre 1964 e 1985, durante a ditadura brasileira. Sob o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, durante dois anos a Comissão da Verdade coletou depoimentos, fez a análise de documentos e gerou um relatório de mais de 4 mil páginas com informações detalhadas sobre quem foram as vítimas das prisões arbitrárias e torturas, informações sobre os desaparecimentos forçados e os assassinatos perpetrados pelo Estado brasileiro durante o período.

Foram também identificados os responsáveis pela violência, incluindo militares, policiais e agentes de segurança. O documento contém uma extensa análise das práticas violentas e de perseguição adotadas pelo Estado. Por fim, faz recomendações para prevenir a repetição de tais abusos no futuro, o reconhecimento do envolvimento das Forças Armadas pelas violações dos direitos humanos, e que os responsáveis por cometer crimes contra a humanidade respondam na Justiça.

Na época da divulgação do relatório final, em dezembro de 2014, a comissão carregava o legado de fortalecer a memória, a promoção da verdade, ampliar o debate público sobre o período da ditadura e sensibilizar a sociedade brasileira sobre a importância da democracia na sociedade para a proteção dos direitos civis.

Apesar dos avanços alcançados pela Comissão da Verdade, é importante ressaltar que muitos dos responsáveis pelas violações de direitos humanos durante o regime militar não obtiveram a devida responsabilização perante a Justiça. Além disso, a comissão esbarrou com as dificuldades de acesso aos documentos



oficiais e com a resistência de alguns setores militares em colaborar com as investigações.

Nos últimos anos, o governo Bolsonaro elevou a data do golpe a um evento comemorativo, trazendo repúdio pela sociedade civil, imprensa e outros setores. Hoje, 31 de março de 2024, marco dos 60 anos do golpe, e prestes a completar uma década da finalização do relatório da Comissão da Verdade, novamente em um ciclo democrático, com um presidente eleito em contraponto ao autoritarismo e à extrema-direita, choca não apenas a estagnação, mas, sobretudo e contrariando todas as expectativas, o recuo.

Nesta data, por opção, por parte do governo, permanece a indiferença quanto a uma

reflexão crítica sobre esse período de (des)comemoração. Um silêncio ensurdecedor aos comprometidos com a democracia, às agendas da campanha, e, sobretudo, às vítimas da ditadura.

Dizer que a memória do golpe de 1964 deve ficar no passado e que ele “não deve ser remoiado” é inconcebível, sobretudo na atual conjuntura, quando, em 8 de janeiro de 2023, estivemos novamente envolvidos a uma tentativa de golpe. O que reforça que a memória e a devida responsabilização são componentes vitais para fortalecer a democracia.

Diferentemente da Comissão da Verdade, instaurada 30 anos depois da redemocratização, as instituições democráticas mostraram resiliência e agilidade em responder ao fatídico 8 de janeiro. O relatório da CPMI que investigou os ataques apontou os envolvidos e pediu o indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, e ainda esperamos a devida responsabilização. Também no documento, há recomendações para coibir novos ataques à democracia, muitas delas propostas pela sociedade civil, por meio do Pacto pela Democracia.

Tanto o golpe de 1964 quanto os eventos de 8 de janeiro evidenciam uma tentativa de desestabilizar e subverter o significado da democracia no país, além de corroer, por meio de ataques direcionados, o sistema de freios e contrapesos — os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Se há brechas em que é possível elevar as vozes do autoritarismo, é preciso e urgente, agora, pavimentar os caminhos para fortalecer a democracia tanto no presente quanto ao longo prazo.

O Pacto pela Democracia tem trabalho para promover uma agenda permanente pela defesa do Estado Democrático de Direito, a agenda Democracia Forte, que consiste em um compromisso entre poderes, imprensa e sociedade civil. Nessa agenda, memória, verdade e justiça estão incluídas como um caminho necessário para promover e ampliar a democracia, e, assim, obter um poderoso antídoto para que nunca mais aconteça.

60 anos do golpe no Brasil e as ditaduras no Cone Sul

» GUSTAVO MENON

Coordenador do curso de relações internacionais da Universidade Católica de Brasília (UCB) e professor no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina na Universidade de São Paulo (Prolam-USP)

O Brasil completa 60 anos de um dos momentos mais terríveis de sua história. A ditadura militar, iniciada em 1964, foi marcada, sobretudo, por cerceamento de direitos, violência e autoritarismo. O violento golpe liderado pelas Forças Armadas brasileiras, aliado às grandes potências imperialistas e às frações das classes dominantes internas, espalhou-se pela região. Sob o contexto da Guerra Fria, a América Latina e o Caribe tornaram-se palco de arbitrariedades lideradas por setores golpistas, muitas delas protagonizadas por militares dentro do contexto da doutrina de segurança nacional.

As ditaduras militares no Cone Sul iniciaram-se no Paraguai (1954) e, rapidamente, se espalharam pela região, chegando ao Brasil, à Argentina, ao Chile e ao Uruguai durante as décadas de 1960 e 1970. Como fator em comum, esses governos impuseram a militarização do Estado, com as Forças Armadas assumindo um papel relevante na condução do processo político. Por meio de violenta repressão às forças populares e às instituições democráticas, esses regimes, sob o clima da Guerra Fria no mundo bipolar, estabeleceram alianças estratégicas e programáticas com os Estados Unidos na luta contra os setores progressistas.

Inúmeras manifestações sociais foram silenciadas: sindicatos, intelectuais, partidos e até artistas que se opunham aos governos militares. Ainda há muito a ser explicado sobre

a Operação Condor em nosso continente e os reflexos desse período de terrorismo de Estado na conjuntura atual, marcada por um cenário de múltiplas crises e ameaças à limitada e frágil democracia brasileira, como apontado por Florestan Fernandes.

É importante recordar que o ciclo de ditaduras militares na região — além de resultar em mortes, tortura e violações dos direitos humanos — acentuou as desigualdades e potencializou o problema da dependência e do subdesenvolvimento: enormes dívidas internacionais foram contraídas com credores globais e o chamado “milagre econômico” foi fonte para acentuação das assimetrias domésticas. Entre 1954 e 1976, praticamente todo o subcontinente mergulhou em regimes militares, promovendo a configuração de Estados de Exceção para favorecer os interesses internacionais, especialmente dos Estados Unidos.

Com o objetivo de promover a hegemonia do capital internacional, por meio da repressão aos trabalhadores e às trabalhadoras, foram deflagradas execuções sumárias e a restrição de direitos fundamentais. E as feridas das políticas do ciclo de ditaduras militares na América Latina ecoam até hoje. Na Argentina, por exemplo, em meio a um forte sentimento negacionista, nega-se a existência de milhares de desaparecidos.

No caso brasileiro, por sua vez, os crimes cometidos pela ditadura, em quase sua totalidade, permanecem impunes. Apesar do

trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV), e na guarda da Lei da Anistia, os responsáveis pelos delitos não foram levados à Justiça — tanto as altas patentes das Forças Armadas quanto as empresas que lucraram, apoiaram e sustentaram tais regimes de terror. Atualmente, depois de cancelar atos críticos à ditadura, o governo federal, em nome de uma suposta governabilidade, também desistiu da construção do Museu da Memória e dos Direitos Humanos.

Sessenta anos após o golpe de 1964, é importante ressaltar que o Brasil foi um dos últimos países latino-americanos a estabelecer a Comissão da Verdade. Mesmo a iniciativa sendo boicotada por muitos setores reacionários da sociedade brasileira, os movimentos sociais se esforçaram para cumprir o objetivo de recuperar parte da memória do país e investigar as violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado entre 1946 e 1988.

Em todo o mundo, vários países adotaram iniciativas para resgatar a história e, em alguns casos, identificar, processar e punir os responsáveis. Neste ano, é crucial destacar a importância da tríade verdade, justiça e reparação no Brasil. Enfatizar a questão das lutas e resistências e salientar o papel autoritário do Estado durante a ditadura empresarial-militar brasileira é responsabilidade de todos que compartilham o compromisso com uma sociedade justa, democrática e livre. Que 1964 nunca mais se repita! Nunca mais!

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Que venha o primeiro passo

Sendo o quinto país em número de habitantes e em extensão territorial, o Brasil, por suas características continentais e diversidades regionais, apresenta desafios imensos para a implementação de quaisquer políticas públicas, sobretudo quando se trata de assunto tão melindroso como a gestão de políticas educacionais.

Qualquer indivíduo que venha se sentar na cadeira de ministro da Educação, por mais preparado que esteja para o cargo, encontrará, diante de si, ao examinar de perto essa missão, uma tarefa muito complexa e de proporções gigantescas.

Com 5.570 municípios, espalhados numa vasta área de 8,5 quilômetros quadrados, e uma população de mais de 200 milhões de habitantes, qualquer política pública eficaz e justa tem, necessariamente, que lidar com essa realidade concreta e ainda obedecer ao fato de que cada ente federativo é autônomo e com atribuições múltiplas e descentralizadas, conforme estabelecido pela Constituição atual.

Implementar serviços públicos de qualidade em um país tão complexo como o Brasil, onde existem diferenças fiscais de toda a ordem e onde varia também a capacidade de gestão de cada uma dessas unidades, não é, definitivamente, um trabalho para principiantes ou indivíduos sem o devido preparo e ânimo.

Todo o esforço se esvai caso o trabalho de implementar uma educação de qualidade e inclusiva no Brasil não se iniciar pela qualificação e melhoria nos planos de carreira daqueles que atuam nesse setor, melhorando salários, incentivando cursos de aperfeiçoamento, além, é claro, de construir e equipar as escolas com tudo que seja necessário para o pleno desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

Diagnósticos feitos recentemente adiantam ainda que nenhum esforço, por mais bem-intencionado que seja, terá o poder de melhorar nossos índices educacionais se não contar com a mobilização em massa da sociedade e, sobretudo, com o apoio e a presença de pais de alunos e da comunidade no entorno de cada escola. Sem o envolvimento da população em peso, dificilmente uma tarefa dessas proporções terá êxito, ainda mais quando se sabe que, pela Constituição, a educação é posicionada como sendo um esforço de natureza nacional e com sistemas de ensino organizados em regime de colaboração.

Note-se que essa união da sociedade em torno desse objetivo, apesar de extremamente necessária, não pode ser feita no período de um ou dois governos, mas terá que ser rigorosamente cumprida no longo prazo, durante gerações. Para tornar essa missão ainda mais complicada, é preciso ver que, dentro de cada questão relativa aos problemas da educação, existe uma espécie de subproblemas que parecem embaralhar ainda mais essa tarefa.

De nada adianta universalizar o acesso à educação se os alunos não forem mantidos nas escolas até a conclusão, ao menos, do ciclo básico, com o acompanhamento dos pais. Da mesma forma, torna-se inútil manter os alunos nas escolas se, ao final desse primeiro ciclo, eles não forem capazes de resolver as questões inerentes a essa etapa, como compreensão de textos e resoluções de operações simples matemáticas, entre outras habilidades próprias para a idade.

Para dar início a esse verdadeiro trabalho de Hércules, é preciso antes resolver o problema das profundas e persistentes desigualdades regionais, consideradas por especialistas uma das maiores do planeta. Somos um país imenso territorialmente e imensamente desigual na distribuição e na concentração de rendas. Nesse ponto, é próprio considerar que, em nossa desigualdade e concentração de renda, está uma das principais raízes de nosso subdesenvolvimento prolongado, e, enquanto esse problema não for solucionado, todos os outros também não o serão.

Dessa forma, políticas públicas desenvolvidas sobre um país tão desigual estão fadadas ao fracasso ou a um sucesso píffio e momentâneo. Infelizmente, até aqui e diante desse quadro, o Brasil não tem sido capaz de desenvolver programas e modelos capazes de enfrentar e superar essa dura realidade histórica.

Por outro lado, é preciso atentar também para o gigantismo da estrutura educacional pública do país. Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apontam que, em 2023, registraram-se 47,3 milhões de matrículas nas 178,5 mil escolas de educação básica no Brasil, cerca de 77 mil matrículas a menos em comparação com o ano de 2022, o que corresponde a uma queda de 0,2% no total. Essa leve queda é reflexo do recuo de 1,3% observado, no último ano, nas matrículas na rede pública, que passou de 38,4 milhões em 2022 para 37,9 milhões em 2023, e do aumento de 4,7% das matrículas da rede privada, que passou de 9 milhões para 9,4 milhões, com números absolutos menores que a queda observada na matrícula da rede pública (Leia a pesquisa completa no blog do Ari Cunha).

Trata-se, portanto, de um desafio imenso que precisa ser feito por milhões de brasileiros ao longo de muitas décadas. Falta apenas o primeiro passo.»

» A frase que foi pronunciada

“A aprendizagem resultante do processo educativo não tem outro fim, senão o de habilitar a viver melhor, senão o de melhor ajustar o homem às condições do meio.”

Anísio Teixeira

» História de Brasília

Meu conterrâneo Gregório Mourão manda uma carta elogiando a Varig pelo cuidado dispensado pela empresa no transporte de uma lata de doces vinda da nossa terra. (Publicada em 4/4/1962)